

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



08/07/2019
SEGUNDA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





DIVULGAÇÃO



Ernesto Roller: união para superar crise financeira

Roller: RRF é alternativa para Goiás enfrentar a crise financeira

Helton Lenine

A adesão de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Governo Federal foi confirmada pela Assembleia Legislativa, em votação pelo plenário, ontem.

O secretário do Governo, Ernesto Roller, secretária de Economia, Cristiane Schmidt, a procuradora-geral do Estado, Juliana Pereira Diniz Prudente, além de representantes de outros poderes, como Ministério Público Estadual e Tribunais de Con-

tas do Estado e dos Municípios atuaram junto aos deputados, de todos os partidos, para chegar a um consenso.

Ernesto Roller avaliou o encontro como "extremamente positivo" e foi enfático ao afirmar que "este é um momento que exige o esforço de todos no enfrentamento do problema financeiro de Goiás, e a adesão ao RRF é a alternativa com que conta o Estado de Goiás".

Na avaliação de Roller, o ideal seria que o estado não precisasse desse mecanismo, mas a situação

financeira impõe medidas que exigem um sacrifício de todos. De acordo com ele, é inadmissível permitir que Estado, que fechou com déficit, no ano passado, de mais de R\$ 4 bilhões, continue acumulando déficits que vão consumindo as receitas mensais para o pagamento de problemas pretéritos, e o cidadão não vendo as realizações no presente.

Para o secretário de Governo, Goiás vive um momento de absoluto colapso financeiro. "Ao longo desses seis meses, estamos lutando para o Estado possa quitar suas obrigações mínimas. A adesão ao RRF não é uma medida a ser comemorada. O ideal é não precisássemos disso, mas temos de trabalhar com a realidade. Com a adesão, o Estado vai enxergar um horizonte melhor de realizações e de entrega de serviços públicos."



Auditor “fantasma” atuava em esquema

IPASGO Usuário falso teria sido criado no sistema do plano de saúde para praticar irregularidades que beneficiaram laboratórios, clínicas e médicos, apontam as investigações da Polícia Civil

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@opopular.com.br

A Gerência de Auditoria (GA) do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Ipagso) possuiu entre seus profissionais cadastrados, um auditor médico que não existe. O auditor “fantasma”, usado para praticar fraudes, está no sistema do plano de saúde há mais de três anos, pelo menos. A Operação Morfina, deflagrada pela Polícia Civil na semana passada, identificou que, entre agosto de 2015 e novembro de 2018, esse falso profissional autorizou 404 alterações indevidas no sistema do Ipagso que beneficiaram 16 empresas da área da Saúde, entre clínicas e laboratórios.

Dois provas reveladas pelos investigadores permitiram que o esquema fosse descoberto: uma coincidência e uma confissão. A coincidência aconteceu em fevereiro deste ano, quando um médico foi até a Gerência de Credenciamento (Gecred) do Ipagso para adicionar o endereço

de uma clínica em seu cadastro de profissional que presta serviço ao plano de saúde.

Ao puxar o credenciamento deste médico no sistema, os servidores do Gecred perceberam que o auditor, que permitiu seu credenciamento, não tinha qualquer vínculo trabalhista com o Ipagso, nem mesmo registrado por meio da Imprensa Digital. Ou seja, o profissional não existia. Ele foi bloqueado do sistema em maio.

Já a confissão foi dada em depoimento no início do inquérito, aberto pela Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública (Dercap), há cerca de um mês. O depoente foi um funcionário da Hominus Gestão e Tecnologia Ltda, conhecida como GT1, empresa terceirizada responsável pelo sistema de Informática do Ipagso. Ele confirmou a existência de um auditor “fantasma” e desenhou a forma como o grupo criminoso se organizava.

O funcionário também confessou que recebia entre R\$ 600

e R\$ 800 para realizar alterações indevidas no sistema. Essas alterações eram de vários tipos: o credenciamento de médicos e empresas para prestar serviço para o Ipagso, a inserção de planos de cobertura e a emissão de faturas de serviços supostamente prestados. Isso tudo sem passar pelos critérios exigidos. O valor total das alterações indevidas ainda não foi calculado, mas chega à casa dos milhões.

Na semana passada, foram ouvidos na Dercap oito funcionários da GT1, um servidor concursado do Ipagso e um faturista, que seria uma espécie de lobista, que fazia a ponte entre as empresas e o sistema do plano de saúde. Todos confirmaram

R\$ 600

é o valor base que um funcionário da GT1 disse receber para realizar alterações indevidas no sistema com usuário fantasma

saber da existência de algum esquema de corrupção no Instituto, mas nenhum confessou participação nele. Pelo menos seis funcionários fizeram alterações indevidas diretas no sistema utilizando o auditor “fantasma”, segundo a apuração.

MEIO

Os investigadores suspeitam que esta fraude no sistema, revelada nesta primeira fase da Operação Morfina, possibilitou uma série de outras irregularidades dentro do Ipagso que ainda serão investigadas. Uma auditoria realizada pela nova gestão do plano de saúde, desde janeiro, aponta várias suspeitas que passam por superfaturamento, serviços pagos que não foram prestados e até usuários irregulares que são atendidos pelo Ipagso. (Veja o quadro).

“É cedo para falar em número, mas tem material para diversos inquéritos”, declara o delegado Rhanlei Almada, da Dercap, responsável pela investigação. No entanto, Almada pon-

dera que muitas destas suspeitas ainda não estão descritas no inquérito e que ainda serão apuradas. As investigações também foram realizadas pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção.

A Operação Morfina foi deflagrada na última segunda-feira. Foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão, além de oito suspensões do exercício de função pública. Também foram realizadas seis intimações simultâneas de suspeitos para prestar depoimento.

Segundo os investigadores, esta primeira fase foi necessária para “estancar a sangria” e impedir a continuidade do esquema. Questionado se a publicização da operação não permitiria que empresas e pessoas envolvidas atrapalhem as investigações, o delegado Rhanlei Almada respondeu que não. “Quem fez fraude não tem como apagar o rastro (do sistema)”, garantiu.

A GT1 tem argumentado que a responsabilidade de fiscalizar os funcionários cabe ao Ipagso.



Salas foram pagas sem necessidade

O Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás (Ipsago) pagou pelo uso de salas de tratamento especializado quimioterápico que não eram necessárias, segundo as investigações da Operação Morfina. A reportagem do POPULAR teve acesso a 22 demonstrativos de materiais e medicamentos do Instituto Goiano de Oncologia e Hematologia (Ingoh), que é credenciado ao plano de saúde. A empresa é a principal responsável pela prestação de serviço de quimioterapia via Ipsago.

Segundo essa documentação, que abrange um período entre agosto de 2015 e fevereiro de 2018, foram cobradas taxas de R\$ 63,92 para o uso destas salas. No entanto, os remédios usados nestes casos eram de via oral e subcutâneo, que o paciente faz uso na própria residência e não precisaria desta sala especializada.

Procurado pela reportagem, o Ingoh reconheceu que, na época, recebia essas taxas pelo uso da sala, mas alegou que isso “nunca foi exclusivo” do Instituto de oncologia. Segundo o Ingoh, o procedimento de aplicação era único e não

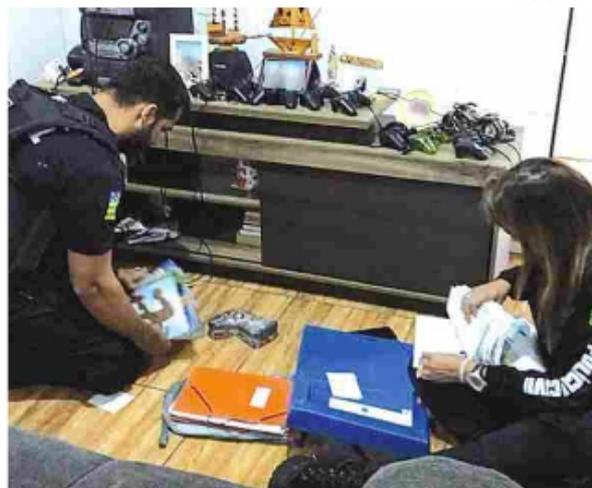
“

Os primeiros indícios de fraudes e desvios apareceram em levantamentos promovidos a partir de janeiro deste ano”

Ipsago, em nota

especificava a via de administração do medicamento. “Esta taxa, igual a todos os prestadores, prevê a cobertura dos custos de armazenar, despesas com pessoal, limpeza, controle de qualidade e etc”, diz nota enviada pelo Ingoh.

A reportagem do POPULAR também teve acesso a uma tabela com faturamentos de medicação controlada que compõe a bolsa quimioterápica relativa ao Ingoh. Nesta relação, o faturamento é realizado por frasco de cada remédio, enquanto o correto seria por miligramas, que seria o equiva-



Agentes verificam documentos em busca de provas na Operação Morfina

te à quantidade exata utilizada com cada paciente.

O Ingoh informou por nota que a tabela de medicamentos do plano de saúde é única e que o formato do pagamento por frasco ou miligrama pode passar por mudanças, dependendo da demanda e estabilidade do medicamento. Além disso, garantiu que a mesma

regra é aplicada a todos os prestadores. “Até hoje, medicamentos como Eribulina e Dexrazoxano são pagos em frasco fechado. Portanto, não existe diferença por prestador”, diz nota enviada à reportagem.

Titular da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Administração Pública (Dercap), o delegado Rha-

nel Almeida, informou para a reportagem que a suposta irregularidade envolvendo o Ingoh não é alvo da primeira parte da Operação Morfina, deflagrada na última segunda, que investiga um esquema de fraude no sistema do Ipsago. Ele também disse não se recordar deste tipo específico de problema ter sido identificado em auditoria do Ipsago que embasa a investigação.

APURAÇÃO

Por meio de nota, o Ipsago informou que estas supostas irregularidades apontadas nas investigações estão sendo investigadas e devem ser esclarecidas no curso da Operação Morfina. Além disso, afirmou que auditorias estão sendo realizadas pelo próprio Instituto e pela Controladoria Geral do Estado.

“A nova gestão do Ipsago reforça que os primeiros indícios de fraudes e desvios apareceram em levantamentos promovidos a partir de janeiro deste ano, que culminaram na operação policial, que desarticulou um esquema criminoso em operação no órgão desde o ano de 2011”, diz nota enviada pelo Ipsago.



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Raio X

Antes do recesso, a CPI dos Incentivos Fiscais, instaurada na Assembleia, aprovou requerimento de solicitação de informações completas do cadastro geral de empregados das 100 maiores empresas de Goiás entre 2014 e 2017.

Segredo

Os deputados estaduais querem detalhes da contrapartida de empregos de cada uma das empresas. Mas a CPI decidiu pelo sigilo dos nomes das 100 pessoas jurídicas incluídas no requerimento.



Maioria dos projetos passou

ASSEMBLEIA Nos seis primeiros meses de mandato, maior desafio do governador Ronaldo Caiado no Legislativo foi consolidar base de apoio

Bruna Aídar
bruna.aidar@opopular.com.br

Eleito no primeiro turno, o governador Ronaldo Caiado (DEM) teve que começar a lidar com a Assembleia Legislativa ainda no ano passado. Contando com a articulação ativa do então presidente da Casa, o ex-deputado estadual José Vitti (PSDB), o democrata conseguiu aprovar projeto reduzindo incentivos fiscais e, sem dificuldades, também viu passar no Plenário a primeira etapa de sua reforma administrativa e o decreto de calamidade financeira.

Mas os atritos começaram logo no início do ano, quando ele resolveu ir à Assembleia para expor os números que sua equipe levantou quanto à situação fiscal do Estado. Caiado subiu o tom com alguns parlamentares, a repercussão foi negativa, e houve interlocutores a pedir desculpas e acabou tendo interferência na sua primeira derrota na Casa, na eleição da nova Mesa Diretora.

Isso porque os embates reforçaram a defesa pela Independência do Legislativo e enfraqueceram o candidato governista. Publicamente, o democrata dizia que respeitaria a Independência do Legislativo e não interferiria no pleito, mas, nos bastidores, apoiou Álvaro Guimarães (DEM). Dois de seus principais articuladores políticos, o secretário de Governo Ernesto Roller e o ex-deputado estadual Samuel Belchior (que mais tarde deixou a função), até entraram na articulação, mas outro grupo acabou capitalizando as queixas e alcançou Lissauer Vieira (PSB) à presidência.

Do discurso pela Independência e da insatisfação por participação na indicação de cargos surgiu o grande desafio do governo no primeiro semestre: a formação da base aliada, que demorou a se consolidar. Em abril, por exemplo, 14 parlamentares chegaram a ameaçar criar um grupo "Independente", reclamando que suas demandas não estavam sendo atendidas.

Com a efetivação das indicações, contudo, a articulação melhorou e, mesmo em temas polêmicos, como a autorização para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Governo Federal, os aliados confirmaram o interesse de Caiado em Plenário. Para o líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), o semestre acaba com uma base consolidada e que deve continuar "garantindo êxito na aprovação das matérias".

De qualquer forma, pontualmente ainda surgem atritos: a votação de projeto que permitia

a reeleição para a Mesa Diretora, por exemplo, foi marcada por uma sessão tensa e por tentativas de interferência de Caiado, contrário à proposta. O próprio RRF, aliás, também deve ser outro grande desafio na volta dos trabalhos da Casa.

PROJETOS

De forma geral, embora a oposição, que hoje conta com deputados do PSDB, PSD, PP, PT e PRB, tenha feito barulho e não tenha economizado nas críticas na tribuna, especialmente quanto ao atraso na folha de pagamento de dezembro, o governador não teve dificuldade com seus projetos na Casa. Segundo o Portal de Transparência da Assembleia, foram enviadas 44 matérias, das quais a maioria, 37, já foi aprovada.

Roller aponta a alta taxa de aprovação como sinal de que o semestre foi "absolutamente positivo". "Não mandamos nenhuma matéria que não fosse estritamente de interesse do Estado, nenhuma foi rejeitada e isso mostra que Assembleia e Governo estão alinhados pelo espírito público", destacou. Bruno fez o mesmo balanço: "Foram seis meses extremamente importantes na consolidação da base."

De fato, o único projeto de autoria do governador que foi oficialmente rejeitado foi a indicação da presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima, para o Conselho Estadual de Educação, por articulação da chamada "bancada cristã".

Se não houve derrotas, entretanto, houve pelo menos dois recuos importantes: a reestruturação do programa Passe Livre Estudantil e a tentativa de retirar a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (CDTC). Quanto a esses casos, Bruno diz que foi uma questão de "recalcular" as propostas - mas, em Plenário, a reação contrária foi intensa.

Agora, Caiado tem pelo menos dois desafios pela frente: aprovar as medidas que precisa tomar se de fato conseguir entrar no RRF e negociar o duodécimo, que é o repasse constitucional para os demais poderes e que não foi pago nos últimos governos. No primeiro caso, a interpretação geral na Casa é de que as propostas são polêmicas e, como podem atingir também o Legislativo, devem enfrentar resistência. Além desses, destaca o líder, Caiado também pretende iniciar o debate sobre mudanças no sistema de Previdência estadual.

Semestre agitado

Primeiros seis meses da relação entre Caiado e Assembleia foram marcados por dificuldade na formação de uma base aliada - insatisfação de deputados resultou em algumas derrotas

BALANÇO DE PROJETOS

Maior parte das matérias enviadas pelo governador foi aprovada, mas houve recuos importantes em casos como o do Passe Livre Estudantil



PRINCIPAIS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Eleição para presidente da Assembleia



Embora dissesse que não interferiria na escolha do novo presidente da Assembleia, Caiado

atuou nos bastidores por Álvaro Guimarães (DEM) e não conseguiu vê-lo eleito. Dr. Antonio (DEM) até tentou rivalizar, mas poucos dias antes da disputa, outro grupo absorveu as demandas por maior divisão de poderes dentro da Casa e independência quanto ao Executivo e conseguiu alçar Lissauer Vieira (PSB) ao comando da Mesa Diretora

Formatação da base



Resistindo a indicações de deputados para cargos no governo e enfrentando insatisfação de parlamentares, Caiado passou meses sem conseguir formatar uma base sólida. Interlocutores do Palácio tiveram que sentar à mesa para negociar e, durante todo o semestre, o democrata foi pressionado a atender demandas às vésperas de votações importantes. Agora, avaliação geral é de que ele terminou o semestre com um grupo de apoio mais consolidado

Derrubada dos vetos da LOA



Insistindo no discurso de independência, os deputados resistiram em diversos momentos a cortes e vetos que envolviam o orçamento da Casa. No início de março, eles derrubaram vetos do governador, no âmbito da Lei Orçamentária Anual (LOA), a trechos que diziam respeito às dotações da própria Assembleia. Houve inclusive um movimento para manter também emendas coletivas, mas frente ao impacto de mais de R\$ 10 milhões, eles recuaram

Reformas administrativas



Enviadas em duas etapas, uma em janeiro, outra em maio, as reformas geraram críticas da oposição, mas passaram. Mais complexa, a segunda etapa envolveu negociação da base para alteração de alguns pontos, mas ambas foram aprovadas em Plenário

Extinção da terceira classe



Apesar de ter havido discussão sobre a contabilidade do tempo de serviço, passou sem grandes obstáculos na Assembleia uma das principais promessas de campanha de Caiado: a extinção da 3ª classe de servidores da Segurança Pública

Passe Livre Estudantil



Propondo cortar o benefício de alunos do ensino fundamental e superior e restringi-lo a estudantes da rede pública e de baixa renda, o governo pretende mudar o atual formato e criar o "Programa Passe do Jovem Estudante". A repercussão foi intensa, com galerias lotadas de estudantes na Assembleia e rejeição mesmo na base. Frente à perspectiva de derrota, o projeto foi retirado e, por enquanto, ainda não há perspectiva de quando retornará à Casa

Orçamento Impositivo



Se Caiado parecia ter conseguido conter o Orçamento Impositivo na legislatura passada, se viu obrigado a voltar a debater o tema quando Talles Barreto (PSDB) e Major Araújo (PRP) apresentaram uma PEC retomando o percentual original, de 1,2%. Eles angariaram apoio dos parlamentares e forçaram o secretário de Governo, Ernesto Roller, a tentar negociar: ele conseguiu escalonar o índice, começando em 0,9% em 2020 e aumentando até 2022

Saída da AGR da CDTC



O governo também foi obrigado a recuar quando propôs que a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) deixasse o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (CDTC), argumentando não ter corpo técnico adequado. Em meio ao debate sobre novo aumento da passagem, não faltaram críticas à proposta, interpretada por alguns como uma tentativa do Estado de se sentar da discussão

Reeleição da Mesa Diretora



Neste semestre, a Assembleia mudou também a regra de eleição da Mesa Diretora, permitindo a reeleição de seus membros e um mesmo mandato. O governo era contrário e tentou articular o adiamento da votação, mas não conseguiu e a emenda, polêmica, foi aprovada na Casa

Duodécimo



Demanda antiga do Legislativo goiano, o duodécimo é previsto em lei e consiste no valor que deveria ser repassado à Assembleia mensalmente para que a Casa pudesse garantir seu próprio custeio e determinar seus investimentos. Deve ser uma das principais discussões do próximo semestre, frente à insistência do presidente Lissauer Vieira em garantir o repasse, ignorando os governos anteriores

Regime de Recuperação Fiscal (RRF)



Principal aposta de Caiado para superar o cenário de alegada calamidade financeira, o Regime de Recuperação Fiscal do Governo Federal é pauta de discussão desde o início do ano e também deve dominar parte do debate no segundo semestre. A oposição faz barulho questionando a necessidade de o Estado aderir ao programa e, mesmo na base, há receio quanto às polêmicas medidas que a gestão terá que tomar para ter direito aos benefícios

Repasse à UEG



Emenda que inclui os 2% do orçamento destinados à Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos 25% de vinculação constitucional da Educação enfrenta resistência e deve ser discutida só no segundo semestre, apesar da expectativa do governo de que ela passasse antes do receso



Jurídica

Marília Costa e Silva | juridica@ohoje.com.br

DPE e Caixa firmam ACT para acordos extrajudiciais e fornecimento de dados

A Defensoria Pública de Goiás (DPE-GO) e a Caixa Econômica Federal assinaram Acordo de Cooperação Técnica, que prevê soluções administrativas a demandas recebidas pela DPE-GO que envolvam a instituição bancária, mediante conciliação extrajudicial para a prevenção, composição e solução de litígios. A medida permitirá mais agilidade em prol do assistido da Defensoria Pública no andamento das demandas que envolvam a Caixa e a realização de audiências administrativas conciliatórias. Ao identificar a demanda, o defensor público poderá entrar em

contato direto com a agência bancária responsável para viabilizar a resolução extrajudicial. Essa possibilidade de acordo contribui para a agilidade na resolução do litígio e com o desafogamento do Poder Judiciário. Outro ponto acordado foi a criação de um canal de comunicação direto entre a DPE-GO e a Caixa para o fornecimento de informações, como saldos de depósitos bancários, de FGTS e de PIS, exclusivamente de titulares falecidos. Essas informações são necessárias para fins de encaminhamentos de alvarás, inventários ou arrolamentos.



Lissauer quer diálogo sobre cortes de incentivos fiscais



Lissauer Vieira: debate com empresários

Helton Lenine

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), re-

cebeu representantes do setor produtivo do Estado para tratar sobre os cortes de incentivos fiscais e o aumento da carga tributária na in-

dústria goiana. Os produtores manifestaram preocupação com relação à essas medidas, que estão previstas nas regras do Regime de

Recuperação Fiscal (RRF), aprovado pela Alego.

Para o diretor-executivo da Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Regional Sustentável (Adial), Edwal Portilho, os produtores do Estado veem com muita insegurança a possibilidade de redução dos benefícios fiscais que, segundo ele, contribui significativamente para o desenvolvimento econômico de Goiás. "Apresentamos ao presidente da Alego a preocupação com a realidade das indústrias goianas no que tange ao incremento das cargas tributárias e ao corte de incentivos fiscais, fator que diminuirá a competitividade de Goiás em comparação a outros estados produtores de derivados de soja", disse.

Lissauer afirmou que buscará junto aos demais Poderes do Esta-

do, um melhor entendimento com relação ao assunto. Segundo ele, é preciso "unir forças" em prol do desenvolvimento de Goiás. "Precisamos começar a dialogar com o setor produtivo e com os Poderes Executivo, Judiciário e Ministério Público para acharmos uma medida mais branda para a população. Todos nós sabemos da questão orçamentária do Estado e das dificuldades enfrentadas atualmente, mas precisamos unir as forças sem prejudicar os setores que trabalham e que produzem para Goiás", reforçou.

Participaram do encontro representantes da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), além de membros do corpo diretivo da Cooperativa Comigo e da Caramuru Alimentos.